

O PROFESSOR E A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Simone Rodrigues da Cruz

Antutérpio Dias Pereira

Ideylson dos Anjos.

Resumo

O tema autismo vem sendo cada vez mais relevante devido ao aumento de casos. Uma das principais características do autismo é a dificuldade de se comunicar com o mundo de forma clara, apesar do autismo não ter cura o diagnóstico precoce garante uma melhor qualidade de vida para o indivíduo. Pinto (2016) afirma que a cada 10.000 habitantes existem 70 casos desse transtorno. A palavra autismo tem origem grega (autos) que significa “por si só mesmo”. Essa definição foi descrita pela primeira vez pelo psiquiatra. Eugene Bleuler (1911). Objetivo desse trabalho é apontar a dificuldade de inclusão do autista na educação e a importância de os profissionais da educação estarem qualificados. O método utilizado nesse trabalho foi a pesquisa bibliográfica.

Palavra chaves: Inclusão; Autismo; Educação; Professor

Abstract

The topic of autism has been increasingly relevant due to the increase in cases. One of the main characteristics of autism is the difficulty of communicating with the world in a clear way, although autism has no cure, early diagnosis guarantees a better quality of life for the individual. Pinto (2016) states that for every 10,000 inhabitants there are 70 cases of this disorder. The word autism has a Greek origin (autos) which means "by itself". This definition was first described by the psychiatrist Eugene Bleuler (1911). The objective of this work is to point out the difficulty of including the autistic person in education and the importance of education professionals being qualified. The method used in this work was the bibliographic research.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o autismo é um tema que cada vez mais tem sido foco de pesquisa na atualidade. Um dos temas mais pesquisados é a inclusão da criança autista na escola. Os estudos revelam, que este é um transtorno que afeta o desenvolvimento psiconeurologico e dificulta a cognição, a linguagem e a interação da criança. De acordo com Pinto (2016), estima-se que, atualmente a prevalência mundial do transtorno 70 casos para cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais frequentes em meninos.

De acordo com Constituição Federal, (1988) todos tem o direito de acesso à educação de qualidade. Por esse motivo, crianças autistas precisam ser inseridas na escola participando de atividades comuns, como brincadeiras, convivência em sociedade e educação.

O objetivo deste trabalho é analisar os desafios do professor de educação infantil na inclusão de discentes autistas na sala de aula. Portanto, o trabalho busca novas possibilidades para melhorar as relações entre crianças autista e seus professores no processo de ensino e aprendizagem.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Nesse sentido, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica que permite aprender os desafios do professor da educação infantil em ensinar a criança autista. Tal pesquisa é fundamental para uma argumentação clara onde todos possam compreender o objetivo do trabalho científico.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos como livros artigos teses e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO 2007 p. 122).

Essa pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. [...]busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (BERVIAN; CERVO,1996, pág. 48). Portanto, a presente pesquisa retrata o conhecimento sobre a prática pedagógica da educação infantil com crianças autistas.

BREVE HISTÓRICO DAS PESQUISAS SOBRE O AUTISMO

O nome Autismo tem origem grega, (autos) significa ‘por si mesmo’ retornando ao próprio indivíduo. Essa definição foi descrita pela primeira vez pelo Psiquiatra suíço Eugene (UCHÔA,2015 p 15).

Segundo a Lei 12.764 de 27 de Dezembro 2012 o autismo é uma:

Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; (BRASIL 2012)

A característica mais marcante do autismo é a dificuldade da criança autista em se comunicar e se expressar com o mundo de uma forma clara (UCHOA,2015). De acordo com UCHOA (2015), apesar do grande enfoque de estudos atuais o autismo é um transtorno que ainda não tem cura. Entretanto, se a criança for diagnosticada precocemente há grande possibilidade de uma melhor qualidade de vida e até um desempenho satisfatório nas atividades mais corriqueiras.

Segundo as diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)

O conceito de autismo infantil (AI), portanto, se modificou desde a sua descrição inicial, passando a ser agrupado em um contínuo de condições com as quais guarda várias similaridades, que passaram a ser denominadas de transtornos globais (ou invasivos) do desenvolvimento (TGD). Mais recentemente, denominaram-se os transtornos do espectro do autismo (TEA)

O Autismo geralmente aparece na infância entre a primeira idade dentre os dois anos de idade. Segundo Uchoa (2015) Os sintomas aparecem e comprometem três áreas básicas o comportamento, interação social e a comunicação. Porém a criança autista possui grandes habilidades, como boa memória musical e motora, além dessas pode-se encontrar outras, que não estão de acordo com sua idade cronológica. Mas nem sempre isso representa que a criança terá mais dificuldades em responder aos estímulos. Na verdade, cada criança autista apresenta uma característica única. Sendo difícil precisar um padrão de comportamento ou seu ponto de início.

Em 1943 o psiquiatra Leo Kanner deu início aos estudos sobre o autismo onde apontou suas características, que identificava uma pessoa com autismo. Os estudos de Kanner através do seu artigo desencadeou um movimento para caracterizar um padrão. As crianças autistas tinham um padrão de comportamento, no qual existia grande dificuldade em manter contato com as pessoas e seus afazeres do dia a dia. (BRITES,2015 p.29)

Através desse estudo e de pesquisas que o mesmo desencadeou, a teoria que todo processo do autismo acontecia de uma forma natural foi deixada de lado, dando espaço para o convencimento que o processo ocorria através de uma forma neurobiológica as crianças apresentavam um isolamento desde o início de sua vida e não respondiam a nenhum estímulo. (BRITES,2015 p.31).

Em sua primeira obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” em (1943), Kanner descreveu 11 casos de crianças autistas. Esta obra aponta um isolamento extremo desde o início da vida dessas crianças e o desejo de preservação eram monótonos. A partir daí deu-se o nome ao termo de autismo infantil precoce, onde os sintomas já eram evidentes na primeira infância. (BRITES,2015 p.29).

De acordo com Nogueira (2009), a maioria dos autistas tem aparência física de uma criança normal, porém o comportamento é diferente. Cada criança tem uma característica e isso faz parte do comportamento de cada autista.

O autismo possui três diferentes graus de comprometimento. O primeiro grau é o leve, essa criança não precisa tanto de um auxílio. Podendo fazer suas atividades. Apesar de possuir dificuldades em se comunicar.

O segundo grau é o moderado, a criança já tem dificuldade na comunicação tem indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema. (SILVA 2003 p. 41)

O terceiro grau é o severo, no qual a criança tem grande prejuízo na comunicação e na interação social, tendo dificuldade em iniciar um diálogo. O transtorno, na atual classificação, é considerado como uma desordem causada por uma alteração no funcionamento cerebral, sendo, portanto de ordem neurobiológica, configurando uma condição que estará presente ao longo da vida da pessoa.

Através da dificuldade da criança autista em manter a comunicação tendo uma demora para o desenvolvimento da fala, há algumas manifestações pelos gestos excessivos a criança tem uma rotina sempre seguida.

SILVA (2012) descreve:

Os comportamentos motores estereotipados e repetitivos, como pular, balançar o corpo e/ou as mãos, bater palmas, agitar ou torcer os dedos e fazer caretas, são sempre realizados da mesma maneira e alguns pais até relatam que observam algumas manias na criança que desenvolve tais comportamentos. [...] os comportamentos destrutivos cognitivos, tais como compulsões, rituais e rotinas, insistência, mesmice e interesses circunscritos que são caracterizados por uma aderência rígida a alguma regra ou necessidade de ter as coisas somente por tê-las. (SILVA ,2012,p 39 41)

O 1º artigo da LEI Nº 17.158, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019 estabelece que:

Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (SÃO PAULO,2019)

Esses comportamentos devem ser respeitados pela sociedade em que o autista vive, pois o desenvolvimento da criança com esse transtorno ocorre de maneira diferente,

um tempo diferente para cada autista, e as interações pessoais só acontecem depois que os mesmos se sintam seguros em manter um contato com os demais.

Com as dificuldades presentes no desenvolvimento da criança autista surgiu a lei 12.764/2012 que institui a política nacional de proteção do Direitos da Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e estabeleceu diretrizes para sua efetivação nas diversas instituições sociais.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II (BRASIL,2012)

Essa lei veio estabelecer políticas que amparam os direitos das pessoas que possui o transtorno de espectro autista, diferente da história anteriormente que o autismo era apenas um distúrbio banalizado pela sua característica. Essa lei garante o diagnóstico precoce mesmo que não seja preciso. A pessoa que tem os sintomas como dificuldade em manter uma comunicação gestos repetitivos entre outras manifestações. A mesma implementa a participação na Comunidade e formulação de políticas públicas Voltadas para próprias pessoas que tem autismo.

De acordo com art. 3, os direitos das pessoas com transtorno de aspecto autista, são a vida digna, integridade física e moral, ter proteção contra qualquer forma de abuso ou exploração a pessoa que tem autismo tem direito ao estudo e formação, moradia inclusiva e também a previdência e assistência social.

O AUTISMO NO AMBIENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a Diretriz Curricular Nacional para Educação Infantil, (BRASIL, 2010) a criança pode ser compreendida como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa,

experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12)

A Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil estabelece que: A educação infantil é dividida em duas etapas, a primeira etapa da educação básica é oferecida para crianças de 0 a 3 anos, já segunda etapa, também chamada de pré-escola é para crianças a partir dos 4 anos de idade.

Ao se falar do papel da educação infantil abre-se um leque. Sabe-se que a educação infantil é a base de tudo, é o início do desenvolvimento da criança. Na educação infantil, o indivíduo vai dar os primeiros passos para se descobrir enquanto ser humano. Portanto, a criança autista deve ser inserida na escola nesse período, para que facilite o convívio em sociedade no futuro.

Com isso, o projeto político pedagógico (PPPs) da escola necessita ter políticas que envolvam a inclusão da criança na escola, visto que a lei do direito do autista e a constituição federal asseguram esse direito. Para isso a escola deve buscar novas maneiras para facilitar a inclusão. O professor através de pesquisas e estudos, deve colocar em prática a inclusão na sala, através de uma rotina dinamizada, nas atividades e brincadeiras, roda de conversa sobre as diferenças entre outras maneiras.

De acordo com a lei diretrizes de base (LDB), a educação infantil, enquanto direito social, somente no final da década de oitenta contemplou a criança como sujeito de direito. As primeiras creches tinham uma função assistencialista, o seu papel eram só amparar as crianças enquanto as mães ingressavam no mercado de trabalho.

Somente em 1988 que a educação foi reconhecida formalmente pela Constituição Federal. Essa em seu artigo 208 apresenta que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em Creche e Pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (BRASIL, 2004, p. 122).

A LDB teve o papel de tornar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e delegou a sua responsabilidade por sua execução e a gestão passou a ser dos municípios. Estes passaram a fornecer espaços, alimentação e, os demais serviços necessários ao desenvolvimento da função social dos centros de educação infantil.

No período atual, a educação infantil deixou de ser assistencialista, mudando o foco para a educação. Vemos que a educação infantil é fase que se trabalha com o lúdico, deixando as crianças com sua imaginação aguçada construído um aprendizado que terá significado para sua vida. Assim também é direito da criança autista participar de atividades que indivíduos que não tem o transtorno participam.

O Plano Nacional da Educação de 2014 (PNE) contempla a educação infantil estabelecendo metas e prioridades. Reafirmando os princípios que se encontram na LDB de 1996.

De acordo com DCN (2010) A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

A busca pela qualidade do ensino, vai pela intenção do professor nos afazeres diários juntamente com a criança. O que assegura à interdisciplinaridade. São fatores que proporcionam a inclusão com as demais crianças superando as limitações das crianças com transtorno acontecendo assim a inclusão.

OS DESAFIOS DO PROFESSOR AO TRABALHAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM A CRIANÇA AUTISTA.

Os conceitos políticos se baseiam na pluralidade e limitação mútua, um cidadão é por definição , cidadão entre cidadãos de um país entre países, seus direitos e deveres devem ser definidos e limitadas , não só pelos companheiros cidadãos , mas também pelas pela fronteira de um território .(ARENDT,1987, p75).

Os direitos da cidadania são os direitos e deveres de um indivíduo no ambiente que está inserido, a sociedade. Todo indivíduo tem direito, mais o mesmo só começa quando acaba o direito do outro indivíduo. Assim como direitos devem ser praticados, os deveres também são necessários em uma sociedade para que haja harmonia e respeito.

A inclusão do autista na educação é de extrema importância, visto que os profissionais da educação, principalmente no ensino básico, tem a responsabilidade de ensinar os alunos os princípios básicos da vida. O primeiro convívio em sociedade das crianças é no ambiente escolar. Por isso, tratar com respeito, igualdade e inserir o autista nas atividades com as demais crianças, significa ensinar a todas as crianças que apesar das diferenças todos indivíduos são iguais e merecem respeito.

Neste caso, o papel de educar os indivíduos sobre a igualdade também é responsabilidade dos pais. Se desde o início da vida fosse ensinado as crianças sobre as diferenças e igualdades, não seria necessário a luta contra o preconceito e inclusão que o presente artigo trata.

A constituição federal (1988) assegura o direito a todas as crianças da educação, garantindo acesso à escola. O artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê direito especializado, que é a inclusão escolar fundamentada na atenção da diversidade.

O conceito de escola inclusiva se concretiza na ideia de que todas as crianças devem ser aceitas pela escola regular, e encontrar respostas a suas necessidades.

O professor tem um papel de mediador no percurso que encontrará essa criança autista na educação infantil. Neste sentido, o mesmo deve proporcionar o ensino que facilite a aprendizagem da criança autista. O maior desafio do professor é a socializá-la, e fazer com que o mesmo participe da aula, interaja e seja ouvido pelo professor e colegas.

Em sua obra, CUNHA, 2012 afirma:

Ensinar para a inclusão social, utilizando os instrumentos pedagógicos da escola e inserindo também a família, é fortalecê-la como núcleo básico das ações inclusivas e de cidadania. Para a escola realizar uma educação adequada, deverá, ao incluir o educando no meio escolar, incluir também a sua família nos espaços de atenção e atuação (CUNHA 2012, p 90)

Incluir uma criança autista não é somente colocar em um ambiente onde estão outras crianças diferente dela. Mas dar a ela o direito de vivenciar aquele ambiente que é dela por direito .

Não é dever somente do professor, mas de todo corpo escolar, auxiliar a inclusão em todas as práticas pedagógicas a criança autista, buscando sempre aderir metodologias que atendam às necessidades especiais dos seus alunos.

Apesar das dificuldades, o professor precisa incluir essa criança de forma que se sinta aceita e de fato tenha oportunidade real de aprendizagem.

De acordo com MONTAM, 2008.

A escola para se tornar inclusiva , deve acolhe todos os seus alunos , independentemente de suas condições sociais , emocionais ,físicas , intelectuais , linguística , entre outras . ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanente ,pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentavam algum tipo de deficiência (MONTAM ,2008 p143)

Portanto, é possível analisar que os desafios de trabalhar com as crianças autistas são constantes. Mas, é necessário incluir o indivíduo com TEA na sala de aula. A melhor forma para que isso aconteça, é o trabalho constante de todos os profissionais da educação. Levando em consideração que cada criança tem seu tempo de desenvolvimento. A criança autista é única, e seu aprendizado deve ser diferenciado e específico de forma que respeite os limites da criança autista.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados podemos concluir que, é de extrema importância o papel do professor no processo de desenvolvimento da criança autista. Torna-se responsabilidade do professor aplicar uma metodologia adequada para a inserção da criança autista na sala de aula. Além disso, a escola tem o papel de implantar políticas públicas, através do PPP (Projeto político pedagógico) da escola, que incluam a criança autista nas demais atividades da escola em convivência com os outros alunos. Entretanto, a conscientização sobre a inclusão do autista também é papel da sociedade, visto que as

crianças dessa faixa etária tendem a espelhar-se em seus pais, por isso, os pais também tem um papel fundamental para que de fato ocorra a inclusão dos indivíduos com transtorno do aspecto autista.

REFERENCIAS

ARENDRT, Hannah (1987).homem em tempos sombrios. São Paulo, Companhia das Letras.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

_____, Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FIGUEREDO Yasmin. A criança autista na educação infantil desafios e possibilidades da educação inclusiva universidade estadual da Paraíba departamento de educação curso de Licenciatura Plena em pedagogia Campinas PB, 2015.

MONTOAN. Maria T, inclusão escolar o que fazer porque como fazer universidade estadual de unicanp Campinas, 1996.

NOGUEIRA, S. E. Autismo e desenvolvimento. In: SEIDL-DE-MOURA, M. L.; MENDES, D. M. L. F; PÊSSOA, L. F. (Org.). Interação social e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2009, p.191-205.

PAPIM. Ângelo A, autismo inclusão centro universitário católico salesiano Lins SP, 2012.

RODRIGUES, Janine Marta C.; SPENCER, Eric. A criança autista: um estudo psicopedagógico. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

SILVA, E. C. C. Autismo e troca social: contribuições de uma abordagem micro genética. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.